

**HABEAS CORPUS Nº 547.979 - SC (2019/0353820-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : GABRIELA NEHME BEMFICA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : GABRIELA NEHME BEMFICA - RS057036**  
**MARINA APARECIDA MOTA GOMES - DF056485**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : CLEBER HAEFLIGER**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

O paciente, condenado por **apropriação indébita**, alega ser vítima de constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido em apelação pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, que negou provimento à apelação interposta perante aquela Corte e determinou a **execução antecipada da pena restritiva de direitos**.

Neste *writ*, alegam os impetrantes a ocorrência de nulidade, consistente na falta de intimação pessoal do paciente para a audiência de instrução e julgamento, bem como a atipicidade da conduta e a incidência do arrependimento posterior, a implicar a redução da pena imposta. Requer, liminarmente, **seja sobrestada a determinação de execução imediata da pena**, até que haja o trânsito em julgado ou o julgamento de mérito deste habeas corpus.

Em relação às alegações voltadas para o reconhecimento de nulidade, da atipicidade da conduta ou da incidência do instituto do arrependimento posterior, observo que é necessário o exame acurado do caso, providência incompatível com o rito sumário do pedido inicial, sobretudo porque a condenação foi confirmada pelo Tribunal de origem, após o exame de recurso com amplo espectro cognitivo.

Entretanto, **o pedido de suspensão da determinação de execução imediata da pena deve ser acolhido**, não só em decorrência do recente julgamento das ações de controle da constitucionalidade pelo STF, mas também pelo fato de que a pena imposta ao paciente foi convertida em restritiva de direitos, situação esta que já impedia, à luz da jurisprudência desta Corte, o início da execução sem o trânsito em julgado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

À vista do exposto, **defiro a liminar** para sobrestar o início da execução das reprimendas restritivas de direito impostas ao paciente até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de origem.

Devidamente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator